



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EDITAL PARA O SÉTIMO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NA SEGUNDA REGIÃO

O SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO

Faz público, para conhecimento dos interessados, que ficará aberta de 19 (dezenove) de junho a 18 (dezoito) de julho de 2000, a inscrição preliminar para o 7º concurso público destinado ao provimento dos cargos de Juiz Federal Substituto da Justiça Federal de Primeira Instância, na Segunda Região (Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), de acordo com as normas contidas no Regulamento publicado no Diário da Justiça.

No quadro de Juizes Federais Substitutos de Primeira Instância, na Segunda Região, estão vagos, nesta data, 63 cargos.

A inscrição preliminar será efetuada no horário de 12 às 17 horas na Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, situada na Av. Rio Branco, 243 - Centro - RJ, na Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, situada na Rua São Francisco, nº 52, Cidade Alta, Vitória, e nas primeiras varas federais sediadas no interior dos referidos Estados, nos seguintes endereços: Rua Cel. Gomes Machado, 73/75 - Centro - Niterói / RJ; Praça São Salvador, nº 62 - Centro - Campos dos Goitacazes / RJ; Rua Luis Molica, 23 - Sobreloja - 101 - Vila Santa Cecília - Volta Redonda / RJ; Avenida Hans Gaiser, nº 26 - Centro - Nova Friburgo / RJ; Av. Koeller, 341 - Centro - Petrópolis / RJ; Praça Marechal Floriano Peixoto, 18 - Centro - Itaboraí / RJ; Rua Ramiro Antunes, 411 - Bairro do Porto - São Pedro da Aldeia / RJ; Rua Doutor Luiz da Rocha Miranda, 721 - Centro - Resende / RJ; Avenida Presidente Lincoln, 911 - Vilar dos Teles / São João de Meriti - RJ; Rua Coronel Carvalho - 465 - Centro / Angra dos Reis - RJ; Rua Platão Boechat, 264 - Cidade Nova / Itaperuna - RJ; Rua Barbosa de Andrade, 201 - Três Rios / RJ; Rua Hugo Zago Filho, 01 - Santo Antônio / Cachoeiro de Itapemirim / ES.

A inscrição preliminar será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, que poderão ser fornecidos por cópia autenticada:

- A) Cédula de identidade;
- B) Declaração referente à conclusão do curso, certificado de colação de grau ou ainda, diploma de Bacharel em Direito;
- C) 2 (duas) fotos tamanho 3 x 4 e datadas com data recente, no máximo seis meses antes da abertura das inscrições;
- D) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, no valor de 100 UFIRs, efetuado através de DARF, observadas as seguintes instruções para preenchimento:

Campo 01 - Nome do candidato e telefone;

Campo 02 - Data do pagamento;

9.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Campo 03 –Número do CPF ou CGC;
Campo 04 – 3.762;
Campo 07 – Valor da receita (100 U F I R s) a pagar;
Campo 10 - Taxa de inscrição no 7º CPJFS (100 U F I R s)

- E) Procuração com poderes especiais para requerimento de inscrição, e para firmar a declaração a que se refere o parágrafo 1º do art. 6º, no caso de aquele não ser feito pessoalmente;

Os candidatos inscritos regularmente no concurso anterior e que não tenham retirado a documentação necessária para a presente inscrição deverão apresentar apenas o requerimento da inscrição acompanhado de duas fotografias, nos termos da letra C, e da prova de pagamento da taxa de inscrição, referida na letra D deste Edital.

O cartão de identificação será retirado pessoalmente pelo candidato preferencialmente no ato da inscrição. A não retirada do cartão até 48 horas antes da data designada para primeira prova implicará o cancelamento automático da inscrição.

A primeira prova escrita será realizada no dia 20 (vinte) de agosto de 2000 e os resultados serão divulgados no dia 09 (nove) de outubro de 2000.

A segunda prova escrita ocorrerá no dia 12 (doze) de novembro de 2000 e os resultados serão divulgados no dia 06 (seis) de dezembro de 2000. A prova oral será realizada de 5 (cinco) a 23 (vinte e três) de fevereiro de 2001 e o resultado de cada prova será divulgado no mesmo dia de sua realização.

Do dia 11 (onze) até o dia 15 (quinze) de dezembro de 2000, serão tomadas as providências constantes dos artigos 29 e 33 do Regulamento do Concurso.

As provas escritas serão realizadas na Universidade Veiga de Almeida - Rua Ibituruna, nº 108 – Maracanã, no Rio de Janeiro. Havendo mudança de local ou de data, os candidatos receberão a comunicação até 48 horas antes, através de publicação no Diário Oficial da União.

As provas escritas serão iniciadas às 08 (oito) horas e terão a duração de 05 (cinco) horas. A entrada dos candidatos só será permitida até às 7h 30 min (sete horas e trinta minutos). Os candidatos deverão estar munidos do cartão de identificação e cédula de identidade.

Após o início das provas, nenhum candidato será admitido às mesmas. Igualmente, nenhum candidato poderá fazer as provas sem apresentação do cartão de identificação e da cédula de identidade.

Na prova oral, cada examinador e o candidato disporão do tempo comum de 30 (trinta) minutos para a argüição e a resposta sobre o ponto sorteado.

Os resultados de cada prova serão divulgados pela Comissão, em ato público, no 3º andar do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na Rua Acre nº 80, Rio de Janeiro, nos dias mencionados neste edital, às treze horas e trinta minutos. Os resultados das provas orais serão divulgados no mesmo dia de sua realização. O Presidente da Comissão Organizadora fará publicar os resultados dos aprovados no Diário da Justiça da União, Seção II.

O Programa do Concurso constitui o Anexo I deste Edital.

A homologação do resultado final do Concurso pelo Conselho de Administração ocorrerá no dia 08 de março de 2001.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2000.


PAULO FREITAS BARATA
Presidente da Comissão Organizadora

ANEXO AO EDITAL DE ABERTURA DA INSCRIÇÃO PARA O 7º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NA SEGUNDA REGIÃO.

PROGRAMA DAS MATÉRIAS

DIREITO CONSTITUCIONAL - I

1. Direito Constitucional: conceito, natureza, origem e evolução. Relações com os demais ramos do Direito. Constituição: conceito, formas e natureza jurídica. Poder constituinte. A estrutura da atual Constituição. Hermenêutica Constitucional. Emendas à Constituição. Disposições transitórias.
2. Forma de Estado e forma de governo. Histórico. A classificação de Aristóteles. As modernas classificações das formas de governo: de Maquiavel a Montesquieu.
3. Soberania: conceito e origem histórica. Soberania e separação dos poderes.
4. Direitos políticos. Nacionalidade e cidadania. Aquisição, suspensão e perda dos direitos políticos. Elegibilidade e inelegibilidade. Sufrágio. O sistema eleitoral brasileiro. Os partidos políticos.
5. Direitos e garantias individuais. Origem dos Bills of Rights e sua evolução. Nacionais e estrangeiros em face dos direitos individuais. As garantias da magistratura. Impedimentos impostos aos magistrados.
6. A Constituição como norma fundamental. A ordem econômica e financeira na Constituição.

DIREITO CONSTITUCIONAL - II

1. Os direitos e deveres individuais, coletivos e sociais frente ao poder administrativo.
2. As garantias constitucionais contra os abusos da Administração Pública.
3. O Direito Administrativo e a Administração Pública no Estado Federal Brasileiro.
4. Os princípios constitucionais da organização e função administrativas. Responsabilidade.
5. O regime constitucional da função pública. Os Servidores públicos civis. Militares.
6. Organização dos Poderes: a estruturação, o exercício e o controle da Administração Pública.
7. A ordem social na Constituição.
8. Direito Constitucional Urbanístico, Agrário e Ecológico.
9. As instituições com funções essenciais à Justiça. As Forças Armadas. A Segurança Pública.
10. A matriz constitucional do controle jurisdicional da Administração Pública. A Justiça Federal. Os Tribunais Regionais Federais. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. As Justiças Especializadas.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Direito Internacional Público: conceito, divisão, fontes, relações com o Direito Interno. Tratado: conceito, condições de validade, efeitos, ratificação, promulgação, publicação e registro. Regras de interpretação dos tratados. A autoridade do tratado em face da lei interna. Fim e suspensão dos tratados. A cláusula rebus sic stantibus. Costume: conceito, elementos, características, prova, obrigatoriedade, fim. Atos unilaterais: conceito, classificação e forma.

9.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. Pessoas internacionais: conceito e tipos. A personalidade e a capacidade no plano internacional. Estados: elementos constitutivos e classificação. Nascimento, reconhecimento, transformação e extinção dos Estados. Sucessão. Direitos e deveres fundamentais do Estado. Restrições aos direitos fundamentais do Estado. Intervenção. Responsabilidade do Estado. O Homem nas relações internacionais. Doutrinas sobre a personalidade internacional do homem. A Declaração Universal dos Direitos do Homem.
3. Jurisdição do Estado. Imperium e dominium. Modos de aquisição e perda do domínio do Estado. Solo e subsolo. Rios. O alto-mar. Mar territorial. Zona contígua. Plataforma continental. Espaço aéreo e espaço exterior.
4. Agentes diplomáticos. Missão diplomática. Cônsules. As Convenções de Viena de 18 de abril de 1961 e de 24 de abril de 1963. Imunidades e privilégios.
5. Tratado do Mercado Comum Sul - Americano (MERCOSUL).

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Conceito. Relação com outros ramos do Direito.
2. Conflitos de lei no espaço. A regra Locus Regit Actum. Conflitos de leis sobre bens.
3. Validade da sentença estrangeira no Direito Brasileiro. Limites à aplicação da lei estrangeira. Rogatórias.
4. Nacionalidade: aquisição, casos, prova. Perda e mudança da nacionalidade: casos, processo, efeitos. Naturalização: espécies, condições, processo, efeitos. Revogação e anulação. A Justiça Federal e o processo de naturalização. Competência.
5. Condição dos estrangeiros no Brasil. O "estatuto" dos estrangeiros. Direitos e deveres em geral. Condição das pessoas jurídicas estrangeiras.

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução ao Código Civil, arts. 1º a 6º. Personalidade. Capacidade de fato. Legitimidade. Pessoas físicas e jurídicas. As pessoas jurídicas privadas integrantes dos Poderes Públicos. Domicílio. Bens. Bens públicos. Aspectos dos Direitos de Família e do Direito das Sucessões de interesse da Justiça Federal.
2. Fatos, atos e negócios jurídicos. Atos ilícitos. Existência, validade e eficácia. Elementos, requisitos e pressupostos. Modalidades. Direitos, poderes, faculdades, deveres, obrigações e pretensões. Ações de direito material. Prescrição e decadência. Relações entre os ilícitos civil, penal e administrativo.
3. Direito das coisas. Posse. Propriedade. Usucapião. Propriedade literária, artística e científica. Direitos autorais. Direitos reais sobre coisas alheias. A propriedade privada e as ingerências públicas.
4. Direito das obrigações. Conceito, modalidades e efeitos das obrigações. Cessão de crédito. Das várias espécies de contratos. Responsabilidade civil.
5. A publicização do Direito Civil. Aspectos constitucionais com reflexos no Direito Civil. A competência pública em matéria de desenvolvimento urbano e de proteção de bens de interesse público ou social. Direito da Habitação.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Conceito. Estrutura do Código de Processo Civil. Jurisdição e ação. Partes e Procuradores. Ministério Público. Litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros.
2. Órgãos Judiciários. Juiz. Auxiliares da Justiça. Competência internacional e competência interna. Modificações da competência. Declaração de incompetência. Exceção e conflito. Impedimento e suspeição.
3. Atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazo. Comunicações. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da causa.
4. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo e procedimento. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Petição inicial. Resposta do réu. Reconvenção. Revelia. Declaração incidente.
5. Antecipação dos efeitos da tutela. Julgamento conforme o estado do processo. Saneamento do processo. Provas. Tipos. Força probante. Produção. Arguição de falsidade.
6. Audiência. Disposições gerais. Conciliação. Instrução e julgamento.
7. Sentença. Requisitos e efeitos. Coisa julgada. Recursos. Disposições gerais. Tipos.
8. Liquidação da sentença. Execução. Tipos. Embargos do devedor. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Execução Fiscal.
9. Processo cautelar. Disposições gerais. Procedimentos cautelares específicos. Arresto. Seqüestro. Caução. Busca e apreensão.
10. Procedimentos especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Tipos. Embargos de terceiro. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Disposições gerais.
11. Mandado de segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas data. Desapropriação. Mandado de injunção. Ação popular. Ação civil pública.

DIREITO COMERCIAL

1. Contratos e obrigações mercantis. Comerciantes e atos mercantis.
2. Sociedades comerciais. Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada e Sociedade Anônima. Conceito de empresa.
3. Títulos de crédito. Endosso. Aval. Conhecimentos de Transportes e de Depósito. Warrant
4. Navio e aeronave. Registro de propriedade. Responsabilidade do transportador. Avarias. Protesto marítimo.
5. Propriedade Industrial. Invenções e marcas. Proteção legal. A Convenção da União de Paris (Decreto Legislativo nº 78, de 24 de outubro de 1974 e Decreto nº 75.572, de 08 de abril de 1975).

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. A Administração Pública como organização na estrutura governamental e como função estatal. Função administrativa material, subjetiva e formalmente considerada. Diferenças para com a legislação e a jurisdição. Poder normativo e poder decisório da Administração Pública. Serviços públicos, poder de polícia, intervenção no domínio social.
2. Fontes do Direito Administrativo. O regulamento. Hierarquia normativa. A norma jurídico-administrativa. Vigência. Eficácia. Interpretação. Execução. Aplicação.
3. A Administração Pública Brasileira. Administração direta e indireta. A Para administração. Os colaboradores da Administração Pública.

4. Fato e ato administrativo. Conceito. Espécies. O suporte fático administrativo. Elementos. Existência. Validade. Eficácia. Nulidade, anulabilidade e irregularidade. Legitimidade. Aproveitamento e convalidação. Poder vinculado e discricionário. Revogação.
5. Licitação. Princípios. Espécies. Procedimento. Anulação e revogação. Contratos administrativos. Conteúdo, formalização, execução. Concessão e permissão. Extinção dos contratos.
6. Os bens do Direito Administrativo. Bens públicos. Conceito. Regime jurídico. Espécies. Patrimônio nacional. Patrimônio cultural. Patrimônio turístico. Domínio público comum e social. Meio ambiente. Direito Urbanístico. Limitações, restrições e ingerências em relação à propriedade. Desapropriação. Requisição. Ocupação.
7. Servidores públicos. Regime jurídico. Estatuto. Cargos em comissão e funções de confiança. Contrato administrativo de trabalho. Direitos, deveres, responsabilidades.
8. O ilícito administrativo. Direito Administrativo Punitivo. Sanção administrativa. Responsabilidade civil do Estado.
9. A situação jurídica do administrado. Direitos subjetivos e interesses simples e legítimos. Garantias e instrumentos de defesa.
10. Direito Administrativo Processual. Processos e procedimentos administrativos. Espécies. Princípio de defesa. Pedido de reconsideração. Recursos. Revisão.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Seguridade e Previdência Social. A Previdência Social no Brasil. Regime Geral.
2. Segurados e dependentes. Prestações. Custeio. Benefícios e serviços. Contribuições.
3. Assistência Social.
4. Regimes Especiais de Previdência Social. Benefício dos ex-combatentes e dos ferroviários servidores públicos em regime especial.
5. Previdência Social Rural. Previdência Social Privada. Prescrição e decadência.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito tributário: objeto, sistemática, metodologia. Constituição Federal. Constituições Estaduais. Lei Orgânica dos Municípios. Legislação tributária.
2. Tributo: classificações e espécies. Conceito. Importância. Conflitos.
3. Base jurídica do tributo: poder e competência tributários. Limitações. Direitos e garantias do contribuinte. Princípios tributários.
4. Impostos: classificação e espécies.
5. Obrigação tributária: natureza, espécies, fontes e elementos.
6. Crédito tributário: conceito, constituição, suspensão, exclusão e extinção. Repetição. Correção monetária.
7. Responsabilidade tributária: natureza, espécies, sistemática predominante no direito brasileiro.
8. Dívida ativa. Administração tributária. Processo tributário.
9. Impostos federais: legislação e sistemática.
10. Impostos estaduais e municipais: legislação e sistemática.

DIREITO FINANCEIRO

1. Direito financeiro: objeto, sistemática, metodologia.
2. A atividade financeira do Estado. Finanças públicas.
3. Orçamentos. Espécies. Estrutura e sistemática.
4. Sistema financeiro nacional. Instituições financeiras. Conselho Monetário Nacional. Bolsas de Valores. Moeda e crédito. Dívida interna e externa. Controle de legalidade.
5. Gestão financeira. Responsabilidade. Tribunais de Contas. Fiscalização orçamentária e financeira.

DIREITO CONSTITUCIONAL - III

1. Sistema Tributário Nacional. Histórico e evolução. Lei complementar tributária.
2. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário.
3. Limitações constitucionais do poder de tributar. Os limites da legalidade tributária.
4. Repartição das receitas tributárias.
5. Normas gerais de direito financeiro.
6. O devido processo legal tributário.
7. A Constituição tributária.
8. Direitos humanos e tributação.
9. Globalização, regionalizações e tributação

DIREITO PENAL

1. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Imunidades diplomáticas, parlamentares e "judiciária".
2. A teoria do crime. Ação, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Condições de punibilidade. Causas de justificação e de exculpação. Erro.
3. Fases de realização do crime: tentativa, consumação, exaurimento. Crime impossível. Concurso de crimes. Crime continuado. Concurso aparente de normas. Aberratio ictus e aberratio delicti.
4. Concurso de pessoas. Participação dolosamente distinta. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Participação nas diversas espécies de crimes.
5. As penas: fundamento e finalidades. Cominação, aplicação e execução. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Medidas de segurança. Suspensão condicional da pena e livramento condicional.
6. Efeitos da condenação. Efeitos civis da sentença penal. Extinção da punibilidade: causas. Prescrição. Perdão Judicial.
7. Crimes contra a pessoa.
8. Crimes contra o patrimônio.
9. Crimes contra a administração pública e contra a administração da justiça. Crimes contra a organização do trabalho e decorrentes de greve.
10. Crimes contra a incolumidade, a paz e a fé públicas.
11. Crime de tortura. Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Crimes contra os portadores de deficiência. Crimes de responsabilidade.
12. Crimes contra o meio ambiente, a flora e a fauna. Crimes contra os índios. Genocídio.
13. Crimes contra o sistema financeiro, a ordem econômica e as relações de consumo. Crimes contra a previdência social e a ordem tributária.
14. Crimes de tóxicos. Crimes políticos. Abuso de autoridade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Constituição e processo penal. Repartição constitucional de competência. Garantias constitucionais do processo. Aplicação da lei processual penal.
2. Inquérito policial. Ação penal pública. Ação penal privada. Ação civil. Ação penal originária.
3. Jurisdição e competência. Questões prejudiciais. Exceções. Conflito de competência.
4. Medidas assecuratórias. Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Restituição das coisas apreendidas. Perdimento.
5. Prova. Sujeitos da relação processual. Juiz. Ministério Público. Acusado e seu defensor. Assistente. Auxiliares do Juízo.
6. Prisão e liberdade provisória. Ato processuais: forma, lugar, prazo. Citações e intimações. Revelia.
7. Nulidades. Sentença. Fixação da pena.
8. Recursos. Habeas corpus. e Mandado de segurança em matéria penal. Revisão Criminal.
9. Procedimento comum ou ordinário. Procedimento sumário. Lei 9.099/95.
10. Procedimento especiais. Do júri popular.
11. Relações Jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cartas rogatórias. Homologação de sentença estrangeira. Extradicação. Expulsão. Deportação.
12. Execução penal. Incidentes da execução. Remição. Anistia. Graça. Indulto. Reabilitação.

COMISSÃO EXAMINADORA:

I. Membros efetivos:

- a) Presidente - Desembargador Federal PAULO FREITAS BARATA;
- b) Desembargador Federal ALBERTO NOGUEIRA;
- c) Desembargador Federal FREDERICO JOSÉ LEITE GUEIROS ;
- d) Professora SANDRA VERÔNICA CUREAU, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Subprocuradora Geral da República;
- e) Dr. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO, Advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

II. Membros Suplentes:

- a) Desembargador Federal ARNALDO ESTEVES LIMA;
- b) Desembargador Federal MARIA HELENA CISNE ;
- c) Desembargador Federal HENRY BIANOR CHALU BARBOSA ;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- d) Professor ANDRÉ FONTES, da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO) e Procurador da República;
- e) Dr. FRANCISCO MAURO DIAS, Advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

